



PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DEPUTADO WILKER BARRETO

Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas  
**Comissão de Direitos Humanos**



**PARECER**

**Projeto de Lei nº 233/2019**

AUTOR: Deputado Saullo Vianna

RELATOR: Deputado Wilker Barreto

**INSTITUI**, no âmbito do Estado do Amazonas, a terceira semana do mês de abril, como a semana da valorização da Cultura Indígena e dá outras providências.

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº233/2019 que institui, no âmbito do Estado do Amazonas, a terceira semana do mês de abril, como a semana da valorização da Cultura Indígena e dá outras providênciasfoi proposto pelo Eminentíssimo Saullo Vianna.

O Eminentíssimo Deputado Saullo Vianna tomou a iniciativa de apresentação do referido Projeto de Lei, com justificativa plausível, tendo em vista que beneficiará de forma gratificante à sociedade amazonense, em especial à população indígena, a qual terá valor agregado à sua cultura, da mesma forma que esta passará a ser ainda mais valorizada, nos termos do Projeto de Lei em comento.

Foi ofertado Parecer Favorável à admissibilidade do referido projeto pela Eminentíssima Deputada Joana Darc, bem como, pelo Eminentíssimo Deputado Ricardo Nicolau, pela Comissão de Assuntos Econômicos, e então, encaminhada foi, a proposta, para esta Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

A justificativa se encontra anexa.

É o relatório, como usual, sucinto.



**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

GABINETE DEPUTADO WILKER BARRETO

**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**  
**Comissão de Direitos Humanos**



Portanto, passo a opinar.

A justificativa se encontra anexa.

É o relatório, como usual, sucinto.

Portanto, passo a opinar.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente Projeto de Lei, autuado sob o nº 233/2019 pretende instituir no âmbito do Estado do Amazonas, a terceira semana do mês de abril, como a semana da valorização da Cultura Indígena, dando, também, outras providências.

*Ab initio*, ao Deputado subscrevente do presente Parecer, é imperioso ressaltar que é trabalho desta Comissão de Direitos Humanos realizar a ponderação acerca da admissibilidade do parecer em análise, uma vez que já realizada a admissibilidade Constitucional pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Assembleia Legislativa, consoante depreende do artigo 27, inciso VII, alínea “b” do Regimento Interno dessa Casa Legislativa<sup>1</sup>.

Portanto, passo à análise de admissibilidade deste projeto.

A iniciativa do Eminentíssimo Saullo Vianna seja de inolvidável relevância à cultura indígena, a qual também se mostra uma cultura Amazonense, inexistindo óbices Constitucionais, uma vez que de relevante importância ao Estado do Amazonas.

---

<sup>1</sup> Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no art. 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas:

[...] VII – Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação participativa:

[...] b) estímulo, apoio e desenvolvimento de estudos, debates, propostas e promoção de eventos, visando à melhoria das condições de vida e ao combate a violações de direitos dos segmentos por ela abrangidos.



GABINETE DEPUTADO WILKER BARRETO

**Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**  
**Comissão de Direitos Humanos**

Os próprios teores dos artigos já mencionam que haverá despesas decorrentes da execução do Projeto de Lei.

Tendo em vista a observação do interesse público, observa-se este foi devidamente observado no momento em que a valorização da Cultura Indígena foi levantada como alvo de valorização, dando, também, outras providências.

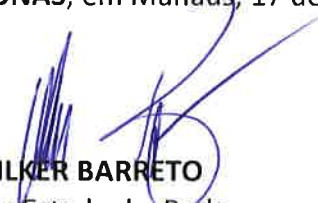
Nesse toar, é imprescindível a aprovação do projeto de Lei em análise.

Por fim, tendo em vista toda a fundamentação supramencionada, havendo óbice de ordem constitucional e legal, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** à admissibilidade do Projeto de Lei nº 233/2019.

**III – VOTO**

Nesse toar, tendo em vista toda a fundamentação supramencionada, havendo óbice de ordem constitucional e legal, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** à admissibilidade do Projeto de Lei nº 233/2019.

S.R. DA **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS** DA **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 17 de outubro de 2019.

  
**WILKER BARRETO**  
Deputado Estadual – Podemos  
Líder Da Minoria



ESTADO DO AMAZONAS  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

A Comissão de DIREITOS HUMANOS  
por UNANIMIDADE

de votos APROVOU o parecer  
FAVORÁVEL do Relator

Em 21/10/19

PRESIDENTE

RELATOR

→ DEAMILSON CHAPGDS

— WILKER BONAFINHO

→ ALVARO CAMPELO